

**IV Seminário da Rede Gaúcha de Estudos e Pesquisas sobre
Educação Profissional e Tecnológica
IV Seminário ProfEPT IFRS**

As (contra)reformas nas políticas educacionais no Brasil e seus
impactos na Educação Profissional e Tecnológica
28 a 30 de Agosto de 2023

**ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DO IFRS E A INCLUSÃO NO MUNDO DO
TRABALHO**

Samuel dos Santos Mota¹
Andréa Poletto Sonza²
Prefeitura Municipal de Porto Alegre ¹
Instituto Federal do Rio Grande do Sul²

Eixo Temático: - Eixo 2 - Educação de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão na EPT

Palavras-chave: Alunos com deficiência; Inclusão; Mundo do trabalho.

INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE publicou no ano de 2022 a 47ª edição do periódico denominado “Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica”, o qual abordou o tema das pessoas com deficiência – PcD e as desigualdades sociais no Brasil. A publicação trouxe que, em 2019, havia 17,2 milhões de pessoas com deficiência com dois anos ou mais no país. Ao analisar as PcD que podiam trabalhar de acordo com a pesquisa (14 anos ou mais), o IBGE apontou que somente 28,3% participavam do mundo do trabalho, sendo que 34,4% dessas ocupavam vagas formais. Em relação às pessoas sem deficiência, esses percentuais foram de 66,3% para a participação no mundo do trabalho e 50,9% para a formalização.

Os dados supramencionados evidenciam uma participação menor das pessoas com deficiência no mundo do trabalho. Isso ocorre apesar da existência de normativos como a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991 (BRASIL, 1991), a qual menciona a obrigatoriedade que as empresas com mais de 100 (cem) funcionários têm de comporem o seu quadro com beneficiários reabilitados ou PcD em percentuais que vão de 2 (dois) até 5% (cinco por cento). Considerando que a simples oferta de vagas não garante a participação efetiva das PcD no mundo do trabalho, o estudo a ser relatado neste resumo traz a hipótese de que isto decorre das diversas barreiras¹ de acessibilidade com as quais as PcD se deparam em diferentes contextos.

¹ Segundo a Lei Brasileira de Inclusão, barreira é: “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à

Algumas publicações científicas corroboram essa possibilidade, como a pesquisa desenvolvida por Amaral (2020) no decurso do seu mestrado em Promoção da Saúde, que se realizou na Universidade Luterana do Brasil, e teve como objetivo identificar a percepção dos trabalhadores com deficiência do Metrô-DF quanto à acessibilidade no seu ambiente de trabalho; segundo a autora: “Os resultados identificam barreiras no acesso aos espaços, na comunicação, na utilização dos equipamentos e nos métodos e técnicas de trabalho, além de aspectos que envolvem a ergonomia, segurança e saúde no trabalho.” (AMARAL, 2020, p. 40).

Outra pesquisa que corrobora com a hipótese considerada é a desenvolvida por Viana (2018) ao longo do seu mestrado em administração de empresas na Universidade Federal Fluminense, na qual ele analisou como eram as políticas e práticas da gestão de pessoas com deficiência em duas empresas privadas do estado do Rio de Janeiro. O autor refere que identificou “problemas com acessibilidade física nas fábricas e embarcações, gestão de carreira e falta de intérpretes em treinamentos e no momento de recrutamento e seleção de PCD’s.” (VIANA, 2018, p. 8).

Os estágios curriculares obrigatórios, momentos de inserção dos alunos no mundo do trabalho, enquanto disciplinas de alguns cursos de ensino médio e superior oferecidos pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS, compõem as atividades de ensino da instituição. Nesse sentido, devem ser acessíveis em todas as suas dimensões aos alunos com deficiência, pois, segundo o artigo 28º da Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), constitui-se como uma das incumbências do poder público assegurar a “acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;” ((BRASIL, 2015, p. 7).

Dessa forma, o estudo a ser apresentado neste resumo parte do seguinte problema de pesquisa: durante os estágios curriculares obrigatórios, quais são os fatores que têm influenciado na inclusão dos alunos com deficiência do IFRS, *campus* Porto Alegre, no mundo do trabalho? Os objetivos da pesquisa, decorrentes desse questionamento, são: identificar quais elementos têm influenciado na inclusão dos alunos com deficiência do IFRS - *campus* Porto Alegre - no mundo do trabalho; tipificar os fatores que contribuem e os que dificultam para que os estágios curriculares deles ocorram de forma acessível e propor práticas educacionais inclusivas que favoreçam a inserção de alunos e egressos com deficiência da instituição de ensino no mundo do trabalho. Esta pesquisa vincula-se ao mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do IFRS, integra a linha de pesquisa denominada Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica e pertence ao macroprojeto de inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

Ao abordar a questão da inclusão dos alunos com deficiência do IFRS no mundo do trabalho, este escrito parte do entendimento de que a inclusão é um paradigma social que se corporifica por meio de um processo pelo qual os sistemas sociais comuns “são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos [...]” (SASSAKI, 2009, p. 1).

Pensar em sistemas sociais comuns adequados às pessoas com deficiência pressupõe que esses sejam acessíveis, sendo que a acessibilidade corresponde a:

acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança [...]” (BRASIL, 2015, p. 8)

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (BRASIL, 2015, p. 8)

Ao longo deste escrito, o termo pessoas com deficiência é empregado tendo como referência a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), a qual define que pessoas com deficiência são aquelas que possuem algum impedimento caracterizado como de longo prazo “de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”(BRASIL, 2015, p. 8).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo relatado aqui é de abordagem qualitativa, sendo que este enquadramento decorre do fato de que busca analisar quais são os fatores que têm influenciado na inclusão dos alunos com deficiência do IFRS, *campus* Porto Alegre, no mundo do trabalho, o que envolve pessoas e suas subjetividades frente às situações com as quais se deparam no dia a dia, elementos que seriam desprezados se a análise fosse meramente percentual.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é explicativa, sendo que o fenômeno investigado são as condições de acessibilidade encontradas pelos alunos com deficiência dos cursos de ensino médio e superior do IFRS durante seus estágios curriculares obrigatórios. Igualmente, em relação aos procedimentos, o trabalho constitui-se em um estudo de caso a respeito do *campus* Porto Alegre do IFRS.

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas e individuais com as seguintes pessoas: 1 (um) aluno e 1 (um) ex-aluno com deficiência de cursos, respectivamente, superior e técnico do IFRS, *campus* Porto Alegre, que já concluíram disciplinas de estágio curricular obrigatório; 2 (dois) profissionais responsáveis por receberem esses estudantes nos locais em que realizaram essas inserções profissionais; 2 (dois) professores que orientaram os estágios curriculares obrigatórios desses alunos; 1(um) professor que acompanhou o estágio curricular obrigatório de 1 (um) dos alunos; um profissional que os atendeu no Napne do IFRS e 1 (um) responsável pelo setor de estágios da instituição.

A análise qualitativa das entrevistas semiestruturadas ainda não iniciou. Esta etapa ocorrerá por meio de uma triangulação de dados, visto que serão consideradas semelhanças e diferenças nas falas de cada participante. As informações serão organizadas em duas categorias: barreiras e dimensões de acessibilidade, sendo que estas últimas dirão respeito às questões de acessibilidade consideradas adequadas durante o estudo das entrevistas e aquelas (as barreiras) tratarão sobre as dificuldades relatadas pelos participantes a respeito dos estágios obrigatórios dos alunos com deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme relatado, a pesquisa veiculada concluiu sua etapa de coleta de dados, porém a análise desse material ainda não ocorreu. A importância do trabalho evidencia-se por meio dos estudos correspondentes apresentados no decorrer deste resumo, os quais corroboram com a hipótese trazida no trabalho — de que as pessoas com deficiência enfrentam barreiras das mais diversas ordens no seu dia a dia. Não obstante, no que concerne às atividades de ensino, não foram encontrados estudos que tratassem sobre as dimensões de acessibilidade propiciadas aos alunos com deficiência durante seus estágios curriculares obrigatórios; tampouco sobre as

barreiras enfrentadas por eles durante esta etapa acadêmica, o que reafirma a relevância da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação pretende contribuir para que o *campus* Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS cumpra normativos como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que refere, no inciso XVI de seu artigo 28, a obrigatoriedade do poder público de assegurar a todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar acessibilidade em todas os ambientes e atividades de ensino.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ana Paula Veras de Oliveira. **Acessibilidade no local de trabalho e a percepção dos trabalhadores com deficiência no metrô de Brasília**. Orientadora: Ana Maria Pujol Vieira dos Santos. 2020. 77 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Luterana do Brasil, Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde, Canoas, 2020.

BRASIL, **Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm . Acesso em: 3 jun 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 03 jun 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022, v. 47, 32p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101964_informativo.pdf . Acesso em: 30 de jan. 2023.

SASSAKI, Romeu. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, p. 10-16, mar./abr. 2009.

VIANA, Diogo Silva. **Desafios e Perspectivas da Gestão de Pessoas com Deficiência (PcD'S): uma Proposta de Melhoria da Gestão de PcD'S**. Orientadora: Denise Medeiros Ribeiro Salles. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Niterói, 2018.